



Cenário Atual da Pecuária Bovina de Corte Orgânica
Certificada na Bacia do Alto Paraguai (BAP) – Brasil



CENÁRIO ATUAL DA PECUÁRIA BOVINA DE CORTE ORGÂNICA CERTIFICADA NA BACIA DO ALTO PARAGUAI (BAP) – BRASIL



Pesquisa Técnica:

Ivens Teixeira Domingos – Programa Pantanal para Sempre

Revisão de Conteúdo Técnico:

Bernadete Lange – Programa Pantanal para Sempre

Rogério Dy La Fuente – Comunicação Programa Pantanal para Sempre

Revisão do Texto:

Jorge Fecuri

Montagem:

Supernova Design

Novembro / 2005

C395c Cenário atual da pecuária bovina de corte orgânica certificada na Bacia do Alto Paraguai (BAP) – Brasil.
[Pesquisa Técnica – Ivens Teixeira Domingos] – [Brasília]: WWF-Brasil, vol 11, c2005. 34p.: il. Color.: 21x24cm.

Bibliografia

[ISSN: 1518-0107]

1. Bacia do Alto Paraguai (BAP)
2. Pecuária Orgânica
3. Conservação
4. Certificação
5. Caminho Mercadológico

ÍNDICE

Apresentação	5
1. Introdução	7
2. A pecuária bovina de corte no Brasil	8
3. A pecuária orgânica no Brasil	10
3.1 Referencial histórico	10
3.2 O que é Pecuária orgânica?	11
3.3 Legislação	13
3.4 Atores-chave	14
a) Entidades reguladoras	14
b) Entidades certificadoras	14
c) Associações de produtores	15
d) Instituições de pesquisa	17
e) Setor industrial (frigoríficos)	17
f) Revendedores	18
g) Outros:	19
4. Situação atual e perspectivas de mercado para a carne orgânica	21
5. Pecuária orgânica certificada na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai (BAP), Brasil	25
6. Pode a pecuária orgânica contribuir para a conservação da natureza na BAP?	28
7. O WWF-Brasil e a pecuária orgânica certificada na BAP, Brasil	29
8. Referências bibliográficas	30

APRESENTAÇÃO

Neste momento em que o Brasil busca no agronegócio sua principal alavanca para o desenvolvimento econômico, volta à pauta a ultrapassada idéia de oposição entre o crescimento do País e a conservação dos seus recursos naturais. Cumprindo seu compromisso com a promoção do uso racional e sustentável do meio ambiente e com a conservação da natureza brasileira para esta e as futuras gerações, o WWF-Brasil investiga, monitora, experimenta e propõe alternativas ao modelo tradicional de exploração predatória de recursos visando ao desenvolvimento. A pecuária orgânica certificada na região do Alto Paraguai é agora objeto de uma destas investigações.

É fundamental considerar que nesta região a pecuária, com o auxílio dos ciclos da inundação, ditou o ritmo de ocupação do território no Pantanal e nas cabeceiras da bacia hidrográfica, tornando-se historicamente a sua principal atividade econômica. Com o passar dos anos a dinâmica de desenvolvimento econômico “empurrou” a pecuária praticada com menor impacto – aquela que preserva pastagens nativas, por exemplo - para outras regiões. Hoje uma das principais ameaças é justamente a substituição de pastagens, o uso de fogo para a renovação das áreas de pasto e também a substituição da própria pecuária por práticas agrícolas com uso e desgaste intensivos dos recursos hídricos e do solo.

O diagnóstico do estado da arte da pecuária orgânica na Bacia do Alto Paraguai aponta para uma alternativa de produção econômica a ser acompanhada com maior atenção. Somente a partir de mais pesquisas e análises será possível estabelecer em que medida ela efetivamente pode contribuir para a conservação das áreas de planalto e para a planície inundável desta rica e importante porção do Oeste brasileiro. Esperamos que o conjunto de informações reunidas nesta publicação sirva para introduzir leigos ao tema e, também, estimular proprietários de terra ainda indecisos a conhecer um pouco mais desta alternativa produtiva.

Denise Hamú

Secretária Geral do WWF-Brasil

1. INTRODUÇÃO

A Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai (BAP) é formada por uma extensão de 624.320 Km², dos quais 61,06% encontram-se no Brasil, 20,39% na Bolívia e 18,55% no Paraguai. No Brasil, a bacia abrange parte dos estados de Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS). Na BAP está a maior planície alagável do mundo: o Pantanal, com sua maior extensão no lado brasileiro – 148.000 Km² (Mendes et al, 2002).

O Programa Pantanal para Sempre do WWF-Brasil atua na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai no Brasil desde 1999. Para a região e, conseqüentemente, para o Pantanal a organização tem uma visão de conservação de longo prazo. Esta visão, compartilhada com outras organizações da rede WWF no mundo, prevê a manutenção da diversidade biológica e dos processos ecológicos no Pantanal, simultaneamente com a promoção de oportunidades para o desenvolvimento sustentável na região, como um exemplo de uso racional de áreas alagáveis para todo o mundo. Para alcançar esta visão, a organização considera o desenvolvimento sustentável como sendo o resultado de uma relação dinâmica de equilíbrio entre os capitais financeiro, social e ambiental, que se dá no tempo e no espaço geográfico.

A pecuária bovina de corte é a maior e mais importante atividade econômica no Pantanal brasileiro. Ela estabelece o padrão de ocupação do espaço geográfico e a cultura pantaneira, e se relaciona com muitos dos impactos ambientais na região. Sabendo disto, o Programa iniciou a busca de sistemas produtivos alternativos mais sustentáveis ambientalmente e que, ao mesmo tempo, propiciassem um equilíbrio entre o fator sócio-econômico e o bem-estar dos animais. Assim, a pecuária orgânica certificada apareceu como uma alternativa a ser incentivada.

A metodologia utilizada para a elaboração deste documento foi baseada em pesquisa de dados secundários obtidos de entidades governamentais e não-governamentais ligadas à pecuária bovina de corte e em entrevistas com atores e consultores representativos da cadeia da carne orgânica no Brasil. Todo o processo de obtenção, interpretação e sistematização dos dados obtidos na pesquisa e nas entrevistas foi realizado durante o período de janeiro a dezembro de 2004.

O objetivo do WWF-Brasil com esta publicação é o de apresentar o quadro atual da pecuária bovina de corte na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai no Brasil, com ênfase na produção orgânica certificada e no fomento ao debate sobre as práticas produtivas de baixo impacto ambiental.



A pecuária de corte é a principal atividade econômica no Pantanal.

2. A PECUÁRIA BOVINA DE CORTE NO BRASIL

No ano de 2004 o agronegócio foi responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros (ABIEC). Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA – ESALQ – USP), em dezembro de 2004, o PIB do setor alcançou R\$ 533,98 bilhões, e o da pecuária chegou a R\$ 65,22 bilhões.

O Brasil, segundo dados de 2003 do IBGE, possui um rebanho bovino de corte e de leite em torno de 195 milhões de cabeças. Dados mais atualizados, obtidos no ANUALPEC 2004, publicação da FNP Consultoria utilizada como fonte de pesquisa na EMBRAPA – Gado de Corte, divergem dos números do IBGE. A publicação apresenta um rebanho nacional de 164.831.365 cabeças, dos quais 132.769.839 são de bovinos de corte. Segundo a FNP Consultoria, ocorre esta divergência devido à utilização de uma abordagem estatística diferenciada. Ainda de acordo com esta fonte, o levantamento e a análise destes dados mostram o grande abate de fêmeas ocorrido nos últimos cinco anos, o que conseqüentemente acarretará uma menor produção de bezerros, causando um declínio no rebanho nacional. De qualquer forma, o Brasil é considerado atualmente o maior produtor comercial e exportador de carne bovina do mundo, vendendo para mais de 100 países, com receita estimada em US\$ 1,5 bilhão no ano de 2003. E tendo sido registrado o embarque de 1,3 milhão de toneladas.

A atividade pecuária registra um grande crescimento. De 1990 a 2003, a produção de carne bovina aumentou 85,2% – ou 6,1% ao ano –, passando de 4,1 milhões para 7,6 milhões de toneladas. A área ocupada por pastagens é de aproximadamente 170 milhões de hectares, segundo a FNP Consultoria.

O Relatório de Produção Pecuária Municipal de 2003, produzido pelo IBGE, informa que as regiões mais representativas na produção pecuária são o Centro-Oeste (35,7%) e o Sudeste (19,2%), encontrando-se os principais rebanhos nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás.

O sistema de produção mais utilizado no país é o sistema extensivo, no qual os animais são criados em pasto, geralmente em propriedades com grandes áreas e com a utilização de processos pouco tecnificados. Encontra-se ainda outros sistemas, como o semi-extensivo e o intensivo (confinamento), que são utilizados em menor escala.

Alguns pesquisadores afirmam que este cenário pode mudar em médio prazo, já que zonas de expansão agrícola no país estão desenvolvendo sistemas agropastoris consorciando a agricultura e a pecuária. O consultor Geide A. Figueiredo Júnior, da FNP Consultoria, alerta que com o avanço da agricultura sobre terras de pastagens, especialmente para a produção de grãos, os pecuaristas se vêem pressionados a intensificar seus processos. Nas áreas de fronteira agrícola deverão ocorrer níveis mais elevados de intensificação da pecuária, buscando escala (aumento de rebanhos) e terras mais baratas, visando a um aumento de rentabilidade, perdido com o avanço da agricultura sobre antigas áreas utilizadas para a atividade.

Atualmente o país aposta, com forte apelo para o mercado externo, em um projeto denominado “Brazilian Beef”. Ele é uma ação conjunta do Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Agência de Promoção de Exportações

do Brasil (APEX-Brasil) e das entidades representativas da cadeia produtiva da pecuária de corte brasileira, tais como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC). Ele objetiva apresentar a qualidade e segurança do consumo da carne brasileira, evidenciando o sistema natural de criação em pasto, a eficácia dos programas de controle sanitário do rebanho e a excelência dos frigoríficos de abate¹.

No Brasil as raças zebuínas são maioria. Entre elas a nelore é a principal, representando 80% do rebanho nacional. Encontramos ainda raças européias, raças produzidas por cruzamentos, e também os chamados mestiços de corte.



O sistema de Produção Extensivo, no qual os animais são criados em pastos de grandes extensões, é o mais utilizado no Pantanal.

¹ Fonte: Site da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (www.abiec.com.br)

3. A PECUÁRIA ORGÂNICA NO BRASIL

3.1 REFERENCIAL HISTÓRICO

No Brasil durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO 92, popularizada no Brasil como Rio-92), organizações governamentais e não-governamentais já discutiam os impactos do desenvolvimento econômico sobre o meio ambiente e resgataram o conceito de sustentabilidade na agropecuária. Esta sustentabilidade deveria corresponder ao desenvolvimento econômico associado ao desenvolvimento social e a regras de proteção ambiental.

Em 1996, com a ocorrência na Inglaterra do primeiro surto de Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), conhecida como doença da “Vaca Louca”, a comunidade internacional despertou para o problema da segurança alimentar. Despertou para a necessidade de se pensar a forma como nossos produtos de origem animal, como a carne, estavam sendo produzidos – beneficiando a alta produtividade e lucro em detrimento aos princípios de bem estar animal, de qualidade e segurança dos alimentos e de conservação do meio ambiente. Neste mesmo ano, segundo a Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD), alguns produtores de pequeno e médio porte iniciaram processos de certificação orgânica para a pecuária. Mas sem um enfoque mercadológico.

Paralelamente aos esforços isolados, em 1997, durante o Fórum Nacional de Pecuária de Corte, o setor produtivo em geral, como na ECO 92, reconheceu o manejo orgânico como uma alternativa de produção economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta. A avaliação era que a produção de carne bovina orgânica apresentava um potencial de agregação de valor diferenciado sobre o produto convencional.

Na Bacia do Alto Paraguai (BAP), o tema foi abordado pela primeira vez durante o Encontro sobre Pecuária Orgânica da Sociedade de Buiatria de Mato Grosso do Sul, realizado em 1999. Naquele encontro foram iniciadas as discussões sobre a aplicabilidade deste modo de produção como uma alternativa viável para o Pantanal. Ainda em 99, vendo na pecuária orgânica uma alternativa para desenvolvimento sustentável do Pantanal, a organização não-governamental Conservação Internacional (CI-Brasil) iniciou o debate a respeito deste manejo produtivo para a região. Na ocasião, foi desenvolvido um projeto piloto em parceria com a EMBRAPA – Gado de Corte e com a Escola Superior de Agronomia Luiz de Queirós (ESALQ-USP). O objetivo foi realizar um plano de negócios para seis propriedades pantaneiras, demonstrando a viabilidade econômica do processo de certificação orgânica, e um estudo sobre mercados interno e externo.

A primeira iniciativa de implementação da pecuária orgânica com intenções mercantis e também de inserção deste processo dentro de uma cadeia produtiva foi realizada pelo Grupo Independência Alimentos, que concluiu seu processo de certificação no ano de 2001. Neste mesmo ano também foi concluída a certificação pelo IBD da primeira fazenda no Pantanal, a Fazenda Eldorado, de propriedade do Sr. Homero José Figliolini, até o momento a única certificada na planície da BAP.

Ainda em 2001, surgiram os primeiros sinais de organização do setor produtivo, com a criação da Associação Brasileira de Pecuária Orgânica (ABPO). Ela foi criada com a missão de unir os produtores e os elos da cadeia produtiva da carne orgânica para atender um mercado com

altas taxas de crescimento. Também neste período empresas de renome começaram a investir na idéia, dentre elas o Grupo Carrefour, por meio da Fazenda São Marcelo, unidade produtiva localizada em Tangará da Serra (MT).

Em 2004, três anos após a criação da primeira associação do setor, uma nova entidade de produtores foi criada, a Associação Brasileira de Produtores de Animais Orgânicos – ASPRANOR, buscando abranger, além da pecuária bovina de corte, a pecuária de leite, ovinos, suínos e aves.

Embora com aproximadamente oito anos de evolução dentro do Brasil, a pecuária orgânica certificada encontra-se ainda em fase de estruturação de sua cadeia produtiva, com os produtores buscando organizar-se, sua legislação em vias de regulamentação e os mercados ainda indefinidos.

3.2 O QUE É PECUÁRIA ORGÂNICA?

Os pesquisadores da EMBRAPA Pantanal, Santos et al, (2002) definem o sistema de produção pecuária de corte orgânica como um sistema baseado numa visão holística, que está inserido dentro de princípios de agroecossistemas sustentáveis, cujo enfoque engloba dois componentes essenciais: ambiental e social. Este sistema tem por objetivo a produção que mantenha o equilíbrio ecológico dos agroecossistemas com a satisfação, direta ou indireta, das necessidades humanas. Ou seja, a produção orgânica busca a introdução de novos valores de sustentabilidade ambiental e social dentro do sistema produtivo, onde a propriedade rural é vista como um organismo equilibrado em todas as suas funções. O manejo orgânico visa o desenvolvimento econômico e produtivo que não polua, não degrade e nem destrua o meio ambiente e que, ao mesmo tempo, valorize o homem como o principal integrante do processo.

Muitas pessoas confundem o produto deste sistema, que é o “boi orgânico”, com o chamado “boi verde” ou “boi natural”. O “boi verde”, no entanto, é o animal advindo de um sistema de criação basicamente em pasto sem agrotóxicos, que pode ser suplementado com alimentos de origem vegetal. É permitido o confinamento destes animais até 90 dias antes do abate, o que também acontece com o “boi orgânico”. Mas as coincidências acabam por aí. No quadro a seguir são demonstradas algumas diferenças básicas entre os dois modos de produção.

BOI ORGÂNICO	BOI VERDE
Permitida somente a adubação verde	Permitida a adubação verde + fertilizantes sintéticos
Proibido o uso de uréia	Aplicação de uréia permitida
Suplementação exclusivamente com alimentos de origem vegetal, dos quais 80% devem ser orgânicos	Suplementação exclusivamente com alimentos de origem vegetal, mas provenientes de culturas convencionais
Tratamento veterinário restrito a produtos fitoterápicos e homeopáticos	Tratamento veterinário permitido com medicamentos alopáticos
Proibido o uso do fogo para manejar pastagens	Permitido o uso do fogo para manejar pastagens
Transferência de embriões proibida	Transferência de embriões permitida
Vacinações oficiais obrigatórias	Vacinações oficiais obrigatórias

Em casos excepcionais são permitidos pela certificadora até 3 tratamentos completos com medicação alopatíca durante o ano, desde que prescritos pelo médico veterinário responsável e comunicados à certificadora. O animal submetido a estes tratamentos deverá ser identificado, e caso venha a sofrer mais do que estes três tratamentos, não receberá mais a certificação como orgânico, o que não compromete o processo de certificação do restante do rebanho. Entretanto, como a intenção é chegar a um sistema produtivo equilibrado, o aparecimento constante deste tipo de ocorrência em um rebanho pode ser o indicativo de um problema maior dentro do sistema produtivo, que poderá comprometer a certificação da propriedade.

O sistema de produção orgânico, embora exija do pecuarista uma série de mudanças de conceitos, de processos produtivos e de atividades tradicionalmente utilizadas, ao final do processo de conversão leva a uma resposta amplamente visível e palpável das mudanças favoráveis ocorridas na propriedade rural. O Sr. Antonio Henrique Balbino Pereira, administrador da Fazenda Vale Formoso em Tangará da Serra (MT), que acompanhou este processo, afirmou que não esperava observar mudanças tão favoráveis, tanto do ponto de vista sócio-econômico quanto ambiental. A propriedade tornou-se realmente equilibrada, com ausência de degradação de pastagens, cursos d'água perfeitos, animais totalmente adaptados e saudáveis com bons desempenhos zootécnicos e funcionários mais engajados e produtivos.

Além das vantagens locais, a produção de animais que darão origem a um produto cárneo ausente de resíduos tóxicos e produzidos sem o comprometimento do meio ambiente poderá ofertar um produto de extrema qualidade. Segundo a perspectiva das associações do setor, a carne bovina orgânica tem, em um futuro próximo, a real possibilidade de alcançar bons preços, tanto no mercado externo quanto no interno. Isto decorre da demanda cada vez maior por parte de consumidores preocupados com sua segurança alimentar e com o meio ambiente. Do ponto de vista socioambiental, vantagem ainda maior é a de poder contribuir com a preservação e conservação dos recursos naturais.

O processo de certificação orgânica é um procedimento que fiscaliza a produção e o processamento de alimentos segundo as normas e práticas determinados por empresas credenciadoras. A seqüência básica do processo é sintetizada abaixo:

1) Inscrição ou matrícula: o interessado em adotá-lo deve solicitar todas as informações necessárias a uma das empresas certificadoras e, de comum acordo com uma delas, efetuar a inscrição ou matrícula e assinar um contrato de inspeção. O processo de inspeção segue rigorosos procedimentos de investigação das condições ambientais e sanitárias do estabelecimento em questão. Cada empresa segue padrões e possui diretrizes próprias.

2) 1ª inspeção: o proprietário interessado entra em contato com a certificadora e solicita a primeira visita à sua propriedade. Nesta primeira visita um inspetor irá aplicar um questionário visando levantar o histórico do uso de agrotóxicos e demais atividades daquela propriedade e também irá elaborar um desenho esquemático básico dela. As informações serão levadas à certificadora para serem avaliadas a fim de verificar se a propriedade tem condições de ser convertida ao processo orgânico.

3) 2ª inspeção: caso a propriedade atenda aos requisitos básicos, será firmado um contrato e será agendada uma segunda inspeção. Nesta segunda inspeção serão colhidas amostras

de solo para análises laboratoriais. De acordo com os resultados das análises de solo e das mudanças de manejo que a propriedade terá de sofrer, será calculado e informado o período de conversão.

4) Período de conversão: período necessário para se estabelecer um sistema produtivo viável e sustentável. Deve ser suficiente para a descontaminação do solo dos resíduos de agrotóxicos e deverá seguir um planejamento denominado de “Plano de Conversão”. Este período pode variar de um a três anos, não podendo exceder cinco anos.

5) Certificação: terminado o período de conversão, a propriedade recebe uma nova inspeção e é fornecido ao proprietário o Certificado de Produtor Orgânico. Este certificado tem a validade de um ano, com renovações posteriores. Após a certificação, a propriedade também estará sujeita a outras inspeções durante o ano, podendo algumas delas ser realizadas sem aviso prévio.

As entidades certificadoras afirmam que o custo do processo de certificação só pode ser determinado caso a caso, pois depende de uma série de fatores, como o tamanho da área a ser certificada e o período necessário à sua conversão.

3.3 LEGISLAÇÃO

A atividade produtiva orgânica, mesmo ocorrendo há alguns anos no País, obteve o reconhecimento governamental a partir do ano de 1999. Com a decretação da Instrução Normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – IN nº 07 / 99, foi dado o primeiro passo para o processo de legalização e regulamentação de produtos orgânicos de origem vegetal e animal.

A Lei que dispõe sobre o assunto (Lei nº 10.831) só foi decretada em dezembro de 2003, e tem previsão de conclusão de sua regulamentação para o 1º semestre de 2005. Portanto, até que se concluam os trabalhos de regulamentação, foi decretada uma nova IN (IN nº 16 –14/06/04), que até o momento é a única norma que estabelece os procedimentos a serem adotados.

Abaixo encontram-se listados os instrumentos legais que dispõem sobre produtos orgânicos:

- *IN nº 07/99 (19/05/99)* – Estabelece as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal.
- *Portaria DAS/MA nº 19/01 (12/04/01)* – Aprova o Regimento Interno do Colegiado Nacional de Produtos Orgânicos.
- *Portaria DAS/MA nº 17/01 (04/06/01)* – Submete à consulta pública, por um prazo de 30 dias, a contar da data da publicação desta Portaria: 1. o Glossário de Termos Empregados no Credenciamento, Certificação e Inspeção de Produtos Orgânicos, constante do anexo I desta; 2. os Critérios de Credenciamento de Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos, constantes do Anexo II desta; 3. as Diretrizes para Procedimentos de Inspeção e Certificação.

- *LEI nº 10.831 (23/12/03)* – Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.
- *IN nº 16/04 (14/06/04)* - Estabelece procedimentos a serem adotados até que se conclua os trabalhos de regulamentação da Lei para registro e renovação de registro de matérias-primas e produtos de origem animal e vegetal, orgânicos, junto ao MAPA.

3.4 ATORES-CHAVE

a) Entidades reguladoras:

A única entidade responsável em regulamentar a atividade é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O controle e fiscalização são realizados pelas Delegacias Federais de Agricultura (DFA's), diretamente subordinadas ao MAPA, e também por órgãos ligados às Secretarias Estaduais.

b) Entidades certificadoras:

O processo de certificação orgânica na área da pecuária é muito recente e, atualmente, somente algumas certificadoras desenvolvem projetos deste gênero. A entidade que tem desenvolvido um trabalho mais intenso na pecuária é a Associação de Certificação Instituto Biodinâmico – IBD. Mas há outras que também têm mostrado interesse em desenvolver atividades nesta área.

Abaixo apresentamos o perfil das certificadoras que têm atuado no Brasil na área da pecuária:

- **Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD):**

Iniciou seus trabalhos de certificação em 1990.

É a empresa líder em projetos certificados de pecuária no Brasil.

Credenciada internacionalmente:

IFOAM: International Federation of Organic Agriculture Movements.

DAR: Circuito de Credenciamento Alemão – ISO 65.

USDA: United States Department of Agriculture.

JAS: Organic Certification Program – Japan

Site: www.ibd.com.br

- **Ecocert – Brasil:**

Iniciou seus trabalhos de certificação no Brasil em 2001.

É ligada ao movimento orgânico da França.

Avaliou propriedades que produzem vitelos em Mato Grosso do Sul.

Credenciada internacionalmente:

COFRAC: Agência Nacional Francesa – ISO 65.

NOP: Normas do Governo Norte Americano.

JAS: Organic Certification Program – Japan.

Site: www.ecocert.com.br

- Organização Internacional Agropecuária (OIA – Brasil):

Iniciou seus trabalhos de certificação no Brasil em 2001.

Tem forte atuação na área de pecuária na Argentina.

No Brasil certifica dois projetos de pecuária, um no interior de São Paulo e outro em Tocantins. Encontra-se atualmente com um projeto em conversão no Mato Grosso do Sul e demonstra intenção de aumentar sua atuação nesta área específica.

Credenciada internacionalmente:

IFOAM: International Federation of Organic Agriculture Movements.

RESOLUÇÃO CEE 2092/91: União Européia.

ISO 65

Site: www.oiabrasil.com.br

No dia 16 de abril de 2004 foi criado o Fórum das Certificadoras Orgânicas do Sistema de Auditoria Externa, que poderá evoluir para uma Associação das Certificadoras do setor. O Fórum tem por objetivo discutir questões técnicas e políticas relativas à certificação e à agricultura orgânica, trocar informações e dados técnicos entre os seus membros e discutir temas como reciprocidade, re-certificação, períodos de transição e insumos permitidos para a agricultura orgânica. (Fonte: www.ibd.com.br).

Integram o Fórum as seguintes certificadoras:

AAOCERT

BCS BRASIL

CMO – CERTIFICADORA MOKITI OKADA

ECOCERT BRASIL

IBD – INSTITUTO BIODINÂMICO

IMO – INSTITUTO DE MERCADO ECOLÓGICO

OIA BRASIL CERTIFICADORA

c) Associações de produtores:

- Associação Brasileira de Pecuária Orgânica (ABPO):

A Associação Brasileira de Pecuária Orgânica (ABPO) foi criada em outubro de 2001 com a missão de unir os produtores e os elos da cadeia produtiva da carne orgânica.

Em 2004, contava com 23 sócios, sendo 100% provenientes da BAP. Têm a pecuária como sua principal atividade.

Tabela 1: caracterização dos associados da ABPO

Produto	Certificadas	Em conversão
Gado de corte	1 (14.695 ha)	1 (4.711 ha)
Vitelo	0	19
Subtotal	1	20
TOTAL		21

Cabe esclarecer que os 19 associados ligados à produção do vitelo iniciaram o processo de certificação com a ECO – CERT e foram autorizados a iniciar os períodos de conversão respectivos, mas não deram continuidade ao contrato firmado. Portanto, tais propriedades são consideradas pela ABPO em conversão, mas não entram na estatística do IBD, que será apresentada posteriormente.

A entidade tem focado sua ação no estabelecimento de uma conexão de produtores orgânicos na região do Pantanal como base de um Programa de Desenvolvimento Sustentável para a região. Esta conexão encontra-se em fase de estruturação, com o intuito de implementação de uma cadeia produtiva organizada e coordenada.

Desde junho de 2003, a ABPO tem um contrato de parceria com o WWF-Brasil. Esta parceria tem como objetivo efetuar estudo sobre esta alternativa de produção no Pantanal e a criação de um Fundo Rotativo de Fomento e Pesquisa, alocado na associação, para apoio ao desenvolvimento da pecuária orgânica certificada na BAP.

No mês de junho de 2004, a associação passou por um processo de reestruturação ocasionado por uma dissidência interna por parte de alguns associados. Uma nova eleição foi então convocada, tendo como resultado um incremento em sua base de associados, saltando de oito para os atuais 21 membros.

■ Associação Brasileira de Produtores de Animais Orgânicos (ASPRANOR):

A associação foi criada em julho de 2004 e contempla, além de pecuária bovina de corte e de leite, a suinocultura, ovinocultura e avicultura.

O quadro atual da associação conta com 16 sócios divididos em:

Tabela 2: caracterização dos associados da ASPRANOR

Produto	Certificadas	Em conversão
Gado de corte	7 (24.758 ha)	3 (4.400 ha)
Vitelo	0	2
Gado de leite	4	X
Subtotal	11	5
TOTAL	16	

Os produtores de gado de corte associados à ASPRANOR são em sua maioria empresários que não têm como única atividade a pecuária e que têm suas propriedades nas cabeceiras da Bacia do Alto Paraguai (BAP), no Mato Grosso. Também há a participação de quatro associados de Mato Grosso do Sul. Somente os produtores de leite não possuem suas propriedades localizadas na BAP.

As fazendas certificadas e em conversão ligadas à pecuária de corte somam uma área total de 29.158 ha.

Cabe esclarecer, como o que ocorre na ABPO, que as propriedades ligadas ao vitelo em Mato Grosso do Sul não entram na estatística do IBD.

Esta associação encontra-se na etapa mercadológica do processo de organização, pois já está com seu nicho de mercado definido e tem a cadeia produtiva estruturada, inclusive com a homologação de sua logomarca com o slogan “Boi D`Terra” e contrato firmado com o Grupo Friboi. A ASPRANOR desenvolve ações para o fortalecimento desta cadeia e busca de novos mercados consumidores, com a intenção de trabalhar fortemente o mercado interno.

d) Instituições de pesquisa:

Dentre as instituições de pesquisa nacionais, três se destacam no estudo da pecuária orgânica certificada. São elas:

- Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal
(EMBRAPA – CPAP)
Corumbá – MS
Site: www.cpap.embrapa.br
- Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte
(EMBRAPA – CNPGC)
Campo Grande – MS
Site: www.cnpqg.embrapa.br
- Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queirós”
(ESALQ – USP)
Piracicaba – SP
Site: www.esalq.usp.br

e) Setor industrial (frigoríficos):

Com unidades localizadas nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, cinco grandes empresas possuem plantas frigoríficas certificadas para o processamento e exportação de carne orgânica. São elas:

- Independência Alimentos Ltda
www.independencia.com.br
- Grupo Margem
- Grupo Bertin
www.bertin.com.br
- Grupo Marfrig
www.marfrig.com.br
- Grupo Friboi
www.friboi.com.br

O Grupo Independência também possui uma unidade agropecuária certificada para a produção de carne orgânica. A Fazenda São Miguel da Catequese, localizada no município de Nova Andradina (MS), foi pioneira na adoção comercial deste sistema de produção. É importante destacar que o Grupo não se encontra associado a nenhuma das associações de produtores.

No mês de setembro de 2004, o Grupo Friboi lançou uma linha de produtos denominada “Organic Beef” – Friboi, que será abordada com mais detalhes no capítulo sobre perspectivas de mercado.

In September, 2004 the Friboi Group launched a set of products called “Organic Beef” – Friboi. This will be more explored in the chapter about market perspectives.

f) Revendedores:

No Brasil, algumas empresas têm investido na comercialização de carne orgânica, sendo que a maioria delas, com exceção do Grupo Carrefour, iniciaram a revenda impulsionadas pelo lançamento da linha de produtos do Grupo Friboi/Boi D` Terra.

■ Grupo Carrefour:

Foi o pioneiro na revenda de carne orgânica certificada dentro de seu programa “Garantia de Origem”.

Site: www.carrefour.com.br/garantiadeorigem/site/content/meio_ambiente

■ Wal – Mart:

A empresa iniciou a revenda de carne orgânica em suas lojas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná.

Site: www.walmartbrasil.com.br

■ Rede Super Muffato:

Rede de supermercados distribuída nos estados de São Paulo e Paraná. Revende carne orgânica no estado do Paraná.

Site: www.supermuffato.com.br



Alguns dos principais frigoríficos exportadores possuem plantas certificadas para o processamento de carne orgânica.

- Grupo Angeloni:
Grupo com 18 lojas distribuídas nos estados de Santa Catarina e Paraná, revende carne orgânica em Santa Catarina.
Site: www.angeloni.com.br

- Hipermercados BIG (Grupo SONAE):
Pertencentes ao Grupo Sonae de Portugal, os Hipermercados BIG estão se estruturando para incluir carne orgânica entre seus produtos de revenda para os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná.
Site: www.sonae.com.br

- Zona Sul Supermercados:
O grupo possui uma rede de lojas na cidade do Rio de Janeiro. Revende produtos orgânicos desde 1997, principalmente horti-frutigranjeiros, e pretende iniciar a revenda também de carne orgânica.
Site: www.zonasul.com.br

- SAM'S CLUB:
Clube de Compras focado em empresas e lares. Estão negociando a inclusão de carne orgânica entre seus produtos de revenda para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.
Site: www.samsclub.com.br

- Companhia Zaffari:
A Companhia possui uma rede de supermercados e hipermercados no Rio Grande do Sul. Está em negociações finais para a revenda de carne orgânica em algumas de suas lojas.
Site: www.zaffari.com.br

- Casa Santa Luzia:
Empresa familiar tradicional da cidade de São Paulo. Está em negociações finais para revenda de carne orgânica.
Site: www.casasantaluzia.com.br

- Empório Santa Maria:
Loja especializada em vinhos e gastronomia na cidade de São Paulo.
Site: www.emporiosantamaria.com.br

- Emporium São Paulo:
Rede de quatro lojas, localizadas em regiões nobres de São Paulo.
Site: www.emporiumsaopaulo.com.br

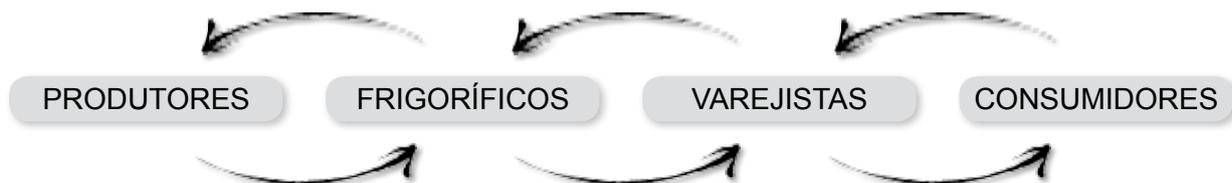
g) Outros:

Entidades governamentais e não-governamentais, em nível federal e estadual, que estão relacionadas à cadeia da carne e a produtos orgânicos.

- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).
Site: www.agricultura.gov.br
- Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-Brasil).
Site: www.apexbrasil.com.br
- Secretaria de Desenvolvimento Rural de Mato Grosso (MT).
Site: www.seder.mt.gov.br
- Secretaria de Estado de Produção e Turismo de Mato Grosso do Sul (SEPROTUR - MS).
Site: www.seprotur.ms.gov.br
- Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
Site: www.cna.org.br
- Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL)
Site: www.famasul.com.br
- Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso. (FAMATO)
Site: www.famato.com.br
- Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne. (ABIEC)
Site: www.abiec.com.br
- Serviço de Informação da Carne. (SIC)
Site: www.sic.org.br
- Planeta Orgânico – Site especializado em Orgânicos. (Representante no Brasil do Projeto Biofach – América Latina)
Site: www.planetaorganico.com.br

4. SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS DE MERCADO PARA A CARNE ORGÂNICA

A “Cadeia Produtiva da Carne Bovina” (CPCB) nada mais é que a representação de todo “caminho mercadológico” que a carne percorre, desde a sua produção, nas fazendas de pecuária até o consumidor. Esta cadeia é composta por alguns agentes ou elos. Cada um destes elos tem sua função e participação e relacionam-se entre si, direta ou indiretamente, dentro do sistema. Abaixo apresentamos um desenho esquemático para facilitar a compreensão.



Diversos especialistas e analistas da cadeia da carne afirmam que não temos um sistema de produção bem definido, que não há padronização da produção, que não existe coordenação entre produtores e que a relação entre este segmento e os frigoríficos está longe de ser harmoniosa.

Segundo Oliveira, O. J. (2004) especialista em Gestão Agroindustrial, há algum tempo a CPCB tem sido alvo de inúmeras discussões entre estudiosos e especialistas que, em busca de estratégias alternativas, tentam diminuir as distâncias existentes entre os objetivos de seus agentes. Dentre as cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, ela é conhecida pela disputa interna e visão unilateral que desagrega valores competitivos e ao mesmo desintegra os elos que a compõe².

O BeefPoint, site especializado em CPCB, recentemente conduziu uma pesquisa junto a seus usuários para identificar os pontos críticos da cadeia da carne. O resultado identificou como maiores desafios atuais o gerenciamento da produção, o marketing e a comercialização de seus produtos. Outros foram:

- Melhoria da sanidade do rebanho brasileiro;
- Implantação efetiva da rastreabilidade;
- Aumento da disponibilidade de financiamento;
- Urgente necessidade de avanço nas negociações internacionais.

Os especialistas afirmam que a sobrevivência, o crescimento e o sucesso da carne bovina brasileira dependem hoje de um número bem maior de ações conjuntas e que o desafio da qualidade é a máxima do momento. Eles acreditam que a presença da qualidade na produção dentro das propriedades servirá de instrumento para a conquista da confiança dos consumidores.

² Artigo: “Clusters”: o novo ambiente competitivo da carne bovina – 21/05/2004. Internet: www.beefpoint.com.br/bn/espacoaberto/artigo.asp

Segundo Cavalcanti, M. (2004), Programas de Qualidade Assegurada, que vêm crescendo no mundo todo não apenas na produção de gado mas também na produção de alimentos em geral, serão grandes diferenciais para produtores brasileiros. Esses programas permitem a criação de marcas de carne, com real diferenciação e valor agregado por garantir que o produto final é originado de fazendas que se preocupam com o bem estar animal, responsabilidade social e respeito ao ambiente. Exemplo deste fato é a procura cada vez maior por programas como o EurepGap e a Orgainvent, desenvolvidos por grandes redes varejistas da Europa. A certificação orgânica dentro deste contexto aparece como mais uma opção para o estabelecimento de padronização e agregação de valor ao produto cárneo.

Outro ponto muito discutido por especialistas da CPCB é a necessidade de se buscar melhor organização, controle e direcionamento cooperativo entre os elos da cadeia. Duas alternativas aparecem como caminhos para alcançar o equilíbrio e a distribuição equitativa de vantagens por toda cadeia. A primeira delas, sugerida pelo pesquisador Odilon José de Oliveira, é o estabelecimento de “Clusters”, que são alianças estratégicas regionalizadas que visam atender a nichos de mercado específicos. Já o Sr. Helinton Rocha, técnico da Delegacia Federal de Agricultura de Mato Grosso do Sul, recomenda como solução o estabelecimento de uma “Cadeia Produtiva Estritamente Coordenada”, que vislumbra uma solução para toda a CPCB.

A pecuária orgânica encontra-se inserida na CPCB como mais um nicho de mercado, mais uma opção na busca de um produto de qualidade que atenda as exigências cada vez maiores do mercado.

O mercado, tanto interno quanto externo, nasce de demandas que se estabelecem e mantêm-se baseadas no tripé “qualidade, quantidade e constância do produto”. É este tripé que também estabelecerá todas as relações de premiação (sobre-preço) ou não do produto que se pretende comercializar. Grande parte do problema mercadológico para a pecuária orgânica nacional encontra-se focada neste processo. A demanda do mercado externo existe, mas o setor pecuário orgânico ainda não possui produção suficiente para supri-la a contento.

Como já abordado anteriormente, a pecuária orgânica no Brasil é recente. Como conseqüência, temos mercados indefinidos. Dois grandes empresários ligados à cadeia da carne com vasta experiência em mercado externo, Miguel G. Russo (Diretor Comercial do Grupo Independência) e Arnaldo Eysink (Diretor de Agronegócios do Grupo Carrefour), compartilham da mesma opinião sobre o mercado da carne orgânica. Ambos dizem que o orgânico aparece como mais um nicho de mercado da carne que possui certa demanda externa, à qual temos condições de suprir em pequena escala, mas que tenderá a crescer de maneira lenta e gradativa a partir do momento que tenhamos uma cadeia organizada com capacidade de produzir em quantidade, qualidade e que os compradores tenham garantia de constância.

Prêmio ilusório

Na implementação da pecuária orgânica, outro fator de indefinição em relação ao mercado é o pagamento da premiação sobre o valor da carne convencional, que para países da União Européia gira em torno de 21%, segundo alguns relatórios internacionais. Porém, ao investir na idéia, muitos produtores não sabiam que atualmente são comercializados como orgânicos para a União Européia somente de três a cinco cortes nobres de traseiro (hindquarter), dentre eles o filé mignon (tenderloin chain), o contra-filé (striploin back) e o alcatra (full rumb), o que ao

final dilui o prêmio no restante da carcaça, chegando no máximo a 7%. Segundo informações do Independência Alimentos Ltda, estes 7% são a diferença encontrada nos varejos da Europa nos preços entre a carne orgânica e a convencional. No momento, o Grupo Independência possui um cronograma de exportações de carne orgânica abatendo em torno de 400 animais/mês, que ao final do ano representam cerca de 0,1% do total da carne exportada.

Segundo a ASPRANOR, no contrato efetuado com o Grupo Friboi, são abatidos em torno de 2.000 animais por mês. Há a intenção de se dobrar a produção para 2005 destinando 50% da produção para a exportação para o Reino Unido e França e 50% para o mercado interno. O Grupo Friboi está pagando pelos animais orgânicos da Associação uma premiação de 7% sobre o índice ESALQ/MT para a arroba do boi gordo.

O mercado interno permanece incerto. Somente as regiões sul e sudeste do País parecem mostrar uma cultura de reconhecimento do produto orgânico como diferenciado e ainda faltam dados sobre a demanda e sobre os cortes que poderiam ser comercializados com sucesso.

Segundo pesquisa realizada pela doutoranda da Universidade de São Paulo, Roberta Teixeira da Costa, o perfil do consumidor de produtos orgânicos em redes varejistas da cidade de São Paulo em 2004 é composto por pessoas de alto poder aquisitivo, com alto nível de esclarecimento e estudo, que buscam qualidade de vida e estão preocupados com o ambiente. Há ainda que se salientar alguns números interessantes: 82% dos entrevistados sabem o que é um produto orgânico, sendo que 88,6% destes reclamam de falta de informação sobre eles. Aproximadamente 67% daqueles que reconhecem os produtos orgânicos são consumidores regulares. Mas destes, somente 13% consomem carne orgânica. A falta de informação e os altos preços são os grandes vilões tanto para aqueles que nunca consumiram orgânicos quanto para os consumidores regulares. A quantidade e a não constância dos produtos nos pontos de venda também são vistos como problemas.

O Grupo Friboi, visando abrir o mercado interno, lançou em setembro de 2004 uma linha de produtos denominada “Organic Beef” – Friboi, acompanhada dos selos “Boi D`Terra” e “IBD”. Desde então, estão sendo comercializados 15 tipos de cortes especiais resfriados, dentre eles alguns cortes de dianteiro, seis tipos de embalagens especiais de miúdos congelados, e também o primeiro hambúrguer bovino orgânico supergelado do Brasil. Segundo o gerente de vendas do Grupo, Flavio Saldanha, a perspectiva é muito boa, pois algumas pesquisas demonstraram que a procura por produtos orgânicos é 35% superior à oferta. O grupo, portanto, investirá em marketing nos pontos de venda por meio de volantes, banners, displays (take one), réguas de gôndola e degustações.

Outra grande vitória do setor orgânico foi o início do acompanhamento oficial por parte do MAPA de alguns projetos certificados, o que não ocorria anteriormente devido à inexistência de uma legislação específica para o setor. Isto está sendo possível devido à implantação da IN 16/04. E, segundo o IBD, já foi aprovada pelo MAPA a rotulagem oficial de quatro projetos, sendo dois de pecuária de leite, um de pecuária de corte e um de mel. Este fato representa um marco, pois é o início do reconhecimento oficial de produtos orgânicos no Brasil.

Na região do Pantanal encontramos uma realidade de mercado diferente daquela encontrada nas cabeceiras da BAP devido a alguns problemas graves que atrapalham o estabelecimento de uma cadeia produtiva estruturada. O primeiro deles e mais importante é a questão sanitária da Febre Aftosa, que é o grande empecilho para exportação de produtos cárneos para a

União Européia. Segundo a DFA/MS, os 14 municípios pantaneiros e peri-pantaneiros são considerados pela UE como “Área 2” – Zona Não Autorizada para Exportação desde 1985, o que também acontece com municípios de Mato Grosso e de Minas Gerais. Mesmo sem a ocorrência de focos de febre aftosa desde 1992 e com os quatro últimos levantamentos sorológicos negativos, não se consegue liberação para o mercado europeu.

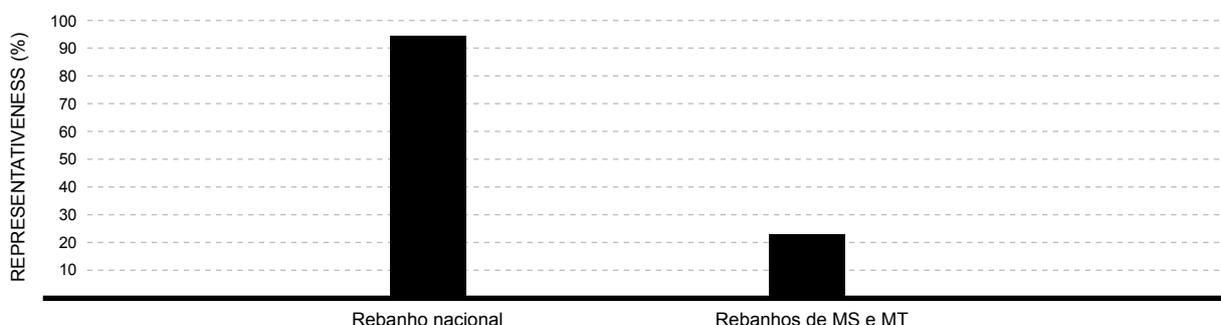
Diante destes desafios para a região, a ABPO tem uma proposta e um planejamento para trabalhar com a formatação de uma conexão entre um “pool” de produtores no pantanal e fazendas certificadas fora da “Área 2”. Assim, os criadores pantaneiros produziriam bezerros orgânicos no planalto, podendo então exportar para a UE.

O processo encontra-se ainda no início. No momento, está direcionando ações na divulgação e fomento da pecuária orgânica na região e buscando atrair mais pecuaristas que acreditem na formatação deste mercado. Espera-se que consigam estabelecer um volume de produção que possa atender e estimular a demanda de possíveis mercados consumidores, interna e externamente.

5. PECUÁRIA ORGÂNICA NA BAP

Os rebanhos dos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, juntos com aproximadamente 49,5 milhões de cabeças (IBGE 2003), representam em torno de 25,37% do rebanho nacional.

Gráfico 1 – Contribuição dos Estados de MS e MT para o total nacional



O rebanho atual na BAP, segundo a análise dos dados obtidos com o Relatório de Produção Pecuária Municipal – IBGE 2003, publicado em novembro de 2004, foi estimado em 16 milhões de cabeças. Nos últimos anos, as propriedades rurais, tradicionalmente formadas por imensas áreas de terra, normalmente acima de 10.000 ha, têm sofrido grandes mudanças em seu perfil. Esta alteração ocorre principalmente devido a problemas econômicos vivenciados na atividade pecuária. As dificuldades culminaram na venda e subdivisão de diversas fazendas. Observou-se assim o aumento do número de propriedades de médio porte, o que para região significa áreas entre 5 e 8 mil hectares.

Segundo os dados oficiais mais atuais, encontramos como os maiores rebanhos na BAP:

Em MS – Corumbá 1.841.186 cabeças

Em MT – Cáceres 892.348 cabeças

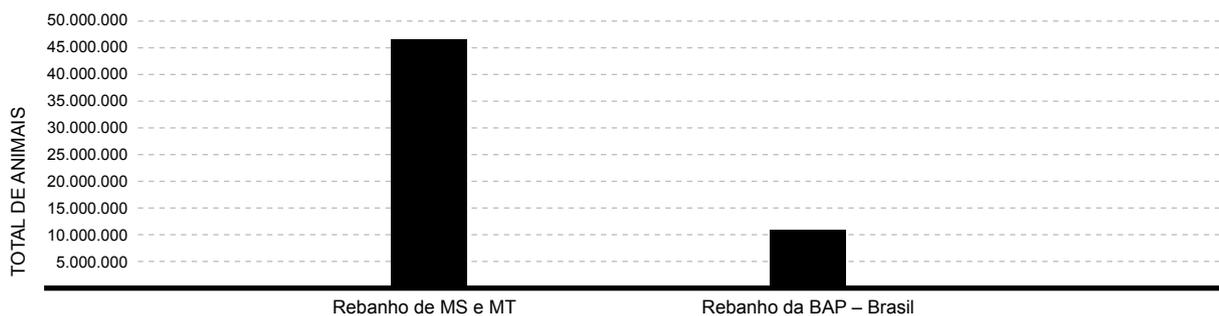
Corumbá é também o município com o maior rebanho nacional. (Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE 2003).

BAP BRASIL	MUNICÍPIO / ESTADO	REBANHO (cabeças de gado)
	Corumbá / MS	1,841,186
	Cáceres / MT	892,348
	Porto Murtinho / MS	678,315
	Poconé / MT	384,281
	Barão de Melgaço	155,828
	Aquidauana / MS	748,097
	Tangará da Serra / MT	303,683
	Miranda / MS	324,958
	Anastácio / MS	305,129

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE / 200.

Tabela 3 – Efetivo de bovinos dos nove principais municípios produtores da BAP.

Gráfico 2 – Rebanho da BAP em relação aos rebanhos de MS e MT.



Se comparado ao rebanho de animais “convencionais”, o rebanho de bovinos orgânicos certificados representa 0,18% do total de animais encontrados na BAP. Segundo informações de outubro de 2004 cedidas pelo IBD, o rebanho de orgânicos na BAP tem aproximadamente 30.000 cabeças de gado já certificadas e 13.000 em conversão. Também segundo o IBD, a área total ocupada por projetos certificados na BAP é de 40.054 ha, enquanto os projetos em conversão ocupam uma área de 9.111 ha. Ainda nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso encontramos 10 projetos certificados e cinco em conversão, mas que não encontram-se dentro da BAP.

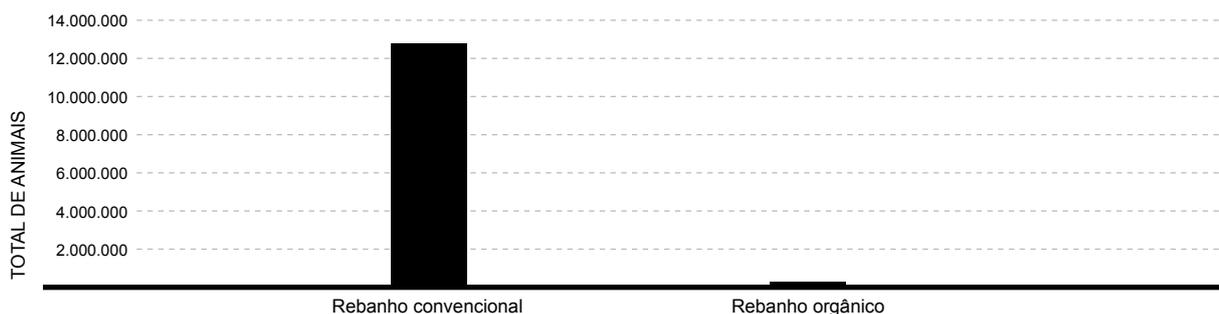
A seguir apresenta-se uma tabela com o número total de projetos de pecuária de corte que o IBD certifica atualmente na BAP:

	Projetos certificados (área em ha)	Projetos em conversão (área em ha)
MS	2 (15.296 ha)	1 (4.711 ha)
MT	7 (24.758 ha)	3 (4.400 ha)
Subtotal	9 (40.054 ha)	4 (9.111 ha)
Total	13 (49.165 ha)	

MS = State of Mato Grosso do Sul | MT – State of Mato Grosso

Tabela 4 – Número de projetos certificados e em conversão na BAP – IBD Outubro de 2004.

Gráfico 3 – Rebanho orgânico comparado ao rebanho convencional na BAP.



Além dos rebanhos certificados pelo IBD, poderemos em um futuro próximo incluir na estatística de animais orgânicos na BAP o rebanho pertencente ao programa de pecuária desenvolvido no estado do Mato Grosso do Sul pelo Instituto do Parque do Pantanal (IPP), atualmente chamado “Vitelo Pantaneiro”. O Instituto criado em fevereiro de 2001 lançou no mesmo ano o programa “Vitelo do Pantanal”, que inicialmente não contemplava a certificação orgânica. A busca pela certificação ocorreu em 2002, quando fecharam um contrato com a ECOCERT para iniciar o processo de certificação de 21 propriedades das quais, segundo informações atualizadas do IPP, somente 19 apresentaram condições para implementação do sistema e receberam o aval para início do processo de conversão. Estas hoje estão associadas à ABPO.

Nos últimos dois anos o IPP passou por uma série de reestruturações, o que também aconteceu com o programa do vitelo, que em 2004 sofreu uma total redefinição em suas linhas.

Segundo o professor Fernando Paiva, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, que coordenou a reestruturação, em 2004 o programa contava com 65 propriedades associadas com um rebanho estimado em 25.000 fêmeas em reprodução e ocupava uma área aproximada de 30.000 ha nas regiões dos pantanais da Nhecolândia, Abobral, Aquidauana e Miranda. Ainda segundo ele, as metas de curto prazo a serem alcançadas pelo programa são, em ordem de prioridade: a) a certificação do processo de criação do “Vitelo Pantaneiro” dentro dos novos padrões para o produto; b) a conclusão da implantação do novo sistema; c) a definição de marketing e mercado; d) com todo o sistema estruturado, pensar na certificação orgânica como mais uma opção de agregação de valor ao produto.

Portanto, ainda não podemos considerar o rebanho do programa “Vitelo Pantaneiro” como orgânico. Mas, segundo o professor Fernando Paiva, com o programa estabelecido, existe um grande interesse dos associados em converterem suas propriedades para o sistema. E existe um fator facilitador para a conversão já que as propriedades no pantanal, na sua grande maioria, não têm histórico de uso de agrotóxicos, utilizam pastagens nativas e preservam seus recursos naturais. Portanto, consideramos como dados oficiais até o momento somente os projetos certificados pelo IBD, mas registramos a recomendação de acompanhamento da situação de certificação dos animais pertencentes ao programa “Vitelo Pantaneiro” .

O “Vitelo Pantaneiro”, segundo a última padronização oficial do Programa do IPP, deve possuir as seguintes características:

Ter de 9 a 11 meses, tendo sido criado até o abate junto à mãe;

Pode ser suplementado com “creep feeding”;

Ter de 190 a 220 kg de peso vivo.

6. PODE A PECUÁRIA ORGÂNICA CONTRIBUIR PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NA BAP?

O Programa Pantanal para Sempre do WWF-Brasil tem como objetivo “a manutenção da diversidade biológica e dos processos ecológicos no Pantanal, concomitante com a promoção de oportunidades para o estabelecimento do desenvolvimento sustentável na região, como um exemplo de uso racional de áreas alagáveis para todo o mundo”. Para tanto, tem atuado estimulando o estudo de atividades produtivas sócio-econômicas e ambientalmente adequadas à Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai (BAP) no Brasil.

A pecuária é a maior e mais importante atividade econômica na BAP. Esta atividade é desenvolvida há mais de duzentos anos, iniciada com a colonização do território pantaneiro pelos primeiros europeus, e se estende do planalto das bordas da BAP até a planície alagada. Com um rebanho estimado em 16 milhões de cabeças, ela estabelece o padrão de ocupação do espaço geográfico e determina a cultura pantaneira, além de muitos dos impactos ambientais na região. Desmatamento, queimadas e assoreamento de rios são alguns dos problemas relacionados com a atividade, quando esta não é praticada com responsabilidade.

Mais recentemente, crises que afetaram o mercado da pecuária na região resultaram em problemas gerenciais e de divisão de propriedades e levaram alguns pecuaristas a buscar soluções de aumento de produtividade e de maior rentabilidade por meio do desmatamento das bordas da BAP e do uso de práticas agressivas e pouco sustentáveis.

Considerando que a produção orgânica prega por princípio valores de sustentabilidade ambiental e que as certificadoras credenciadas exigem de seus clientes o atendimento obrigatório à legislação ambiental e ao código florestal brasileiro, além de outras exigências tais como a proibição do uso de fogo no manejo de pastagens e de agrotóxicos, acreditamos que este modelo de produção pecuária seja uma alternativa que contribuirá para o desenvolvimento sustentável na BAP. Porém, sua sustentabilidade no tempo e no espaço exige constante aperfeiçoamento de práticas produtivas de baixo impacto e o monitoramento e avaliação destes processos.

7. O WWF E A PECUÁRIA ORGÂNICA CERTIFICADA NA BAP

Para o WWF-Brasil, a pecuária orgânica certificada pode contribuir com a sustentabilidade ambiental da BAP no Brasil. Sua adoção, somada à implantação de uma rede de áreas protegidas, o uso racional dos recursos naturais renováveis e o turismo responsável, poderão garantir a manutenção da biodiversidade regional e dos processos ecológicos concomitante ao desenvolvimento sócio-econômico.

O Programa Pantanal para Sempre vem atuando no fomento e estudo deste sistema produtivo na BAP desde 2003, quando teve início sua parceria com a ABPO e EMBRAPA Pantanal em Mato Grosso do Sul. Ele pretende dar continuidade a suas ações buscando envolver outros atores, como na parceria a ser estabelecida com a ASPRANOR no estado de Mato Grosso, para que, por meio da soma de esforços e ações conjuntas, se alcancem resultados concretos de conservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentado na BAP.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Mendes, C. A. B., Johnston, R. A. (2002) SOUTH AMERICAN INTEGRATION AND THEIR ENVIRONMENTAL IMPACT AT THE PANTANAL. Artigo publicado no First Simposium on Transboundary Waters Management – Monterrey – MX – CD-ROM. 13pp

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2004). Relatório de Produção Pecuária Municipal – 2003 [Internet]. IBGE. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/home/estatística/economia/ppm/2002/ppm2002pdf>

Anuário: Pecuária de Corte (ESTATÍSTICAS). In: ANUALPEC – 2004. FNP Consultoria São Paulo, 2004. Cap. 2.

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA – ESALQ – USP (2004). Pib do Agronegócio [Internet]. CEPEA. Disponível: <http://cepea.esalq.usp.br/pib/>

Programa de Promoção da Carne Brasileira no Exterior (2004). “Brazilian Beef” [Internet]. Disponível: <http://brazilianbeef.org.br/brazbeef/br/>

Artigo: SANTOS, Sandra Aparecida et al. Sistema de Pecuária Bovina Orgânica no Pantanal. In: Ambiente Brasil [Internet]. Disponível: <http://www.ambientebrasil.com.br/agropecuario/artigos>

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL – BRASIL. Carne Orgânica do Pantanal – Organic Beef. Mato Grosso do Sul, 2003. 42p.

OLIVEIRA, Odilon José de. Clusters: o novo ambiente competitivo da carne bovina. In: Espaço Aberto – Beef Point [Internet], 21 de maio de 2004. Disponível: <http://www.beefpoint.com.br>

CAVALCANTI, Miguel da Rocha. Pontos críticos para a competitividade da pecuária de corte. In: Editorial – Beef Point. [Internet], 16 de março de 2004. Disponível: <http://www.beefpoint.com.br>

CAVALCANTI, Miguel da Rocha. A busca por valor na cadeia da carne In: Editorial – Beef Point. [Internet], 25 de junho de 2004. Disponível: <http://www.beefpoint.com.br>

ROCHA, Helinton J. COMUNICAÇÃO PESSOAL. Campo Grande, 2004.

O WWF-Brasil é uma organização não-governamental autônoma dedicada à conservação da natureza, atuando em nível nacional com o objetivo de harmonizar a atividade humana com a preservação da diversidade biológica e o uso racional dos recursos naturais renováveis. Trata-se de uma organização brasileira que integra a Rede WWF, o maior grupo de entidades de conservação da natureza do mundo.



WWF-BRASIL

SHIS QL 6 conjunto E 2º andar

71620-430 Brasília DF

Fone: (+61) 3364 7400

Fax: (+61) 3364 7474

panda@wwf.org.br

<http://www.wwf.org.br>